



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: EM  
BUSCA DE POSSIBILITAR O INVISIBILIZADO**

**SHEYLA SANTOS DE OLIVEIRA**

**RIO DE JANEIRO  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: EM  
BUSCA DE POSSIBILITAR O INVISIBILIZADO**

**SHEYLA SANTOS DE OLIVEIRA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Elena Viana Souza

**RIO DE JANEIRO  
2013**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo dom de minha vida, por ter me inserido na família a qual faço parte e tanto amo. Agradeço a Deus por meus pais, Saul e Dalva, e pela educação que me transmitiram ao longo da vida. Educação essa que me orgulho, que me completa, que é parte de mim, e que vou levar para sempre comigo e transmitir aos demais: os valores, os objetivos de vida, o caráter, a importância do estudo, a importância da vida... Também me mostraram com seu modelo de vida, exemplos de dificuldades, de obstáculos, de batalhas, de perseverança, de seriedade, de responsabilidade, de superações, de recomeço, de conquistas e tantos outros que me levam ir além de minhas fraquezas, medos, inseguranças e limitações. Obrigada por terem permitido e contribuído com minha estada no Rio de Janeiro!

Agradeço aos meus irmãos Simone, Débora e Diêgo que fizeram parte desse processo de estudo acadêmico, em especial, Simone e seu marido, Marco, por terem me acolhido no Rio de Janeiro e colaborado com a conclusão desta etapa tão importante da minha vida.

Agradeço a meu namorado Paulo por todo carinho, compreensão, amor, cuidado, paciência e apoio durante todo este tempo de graduação.

Agradeço aos amigos e colegas que acompanharam esse processo e aos que não acompanharam de perto também, agradeço por fazerem parte de minha vida.

Agradeço à minha professora/orientadora Maria Elena Viana Souza, por todo o conhecimento compartilhado, pela dedicação com o trabalho, pela atenção e paciência conferidas a mim.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais, aos meus irmãos, ao meu namorado e a todos que, direta ou indiretamente deixaram sua marca nesse processo.

"Tenho direito de ser igual quando a diferença me inferioriza. Tenho direito de ser diferente quando a igualdade me descaracteriza".  
(Boaventura de Souza Santos)

## RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo discutir as questões que circundam as relações étnicoraciais no município do Rio de Janeiro tomando por base documentos que representam resultados de conquistas dos atores que lutaram e buscaram melhorias, garantia de direitos, respeito, valorização do povo negro, e continuam trilhando por esse caminho com o intuito de cada vez mais tornar visível a cultura do mesmo. O foco da investigação se centraliza na Lei 10.639, promulgada em 2003, a qual institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no Ensino Básico. Essa investigação se deu em torno de pesquisas feitas em escolas da rede pública do município do Rio de Janeiro, entrevista com gestores e coordenadores, estudo e discussão de bibliografias condizentes à temática, bem como experiências decorrentes dos estágios obrigatórios realizados através do curso de Pedagogia. A finalidade pretendida aqui era a de averiguar o andamento da implementação da Lei 10.639/03 em escolas do município do Rio de Janeiro, levando-se em consideração o tempo decorrido da mesma frente às possíveis mudanças. Para tanto, também serão discutidos temas que estão vinculados ao tema maior (relações étnico-raciais) que são identidade, ideologia, currículo, formação de professores, bem como serão apresentados os resultados dessas pesquisas. Os estudos provenientes deste trabalho indicaram que, mesmo depois de tanto tempo após a abolição da escravatura, continuam existindo marcas desse cruel passado que aparecem ainda muito presentes, de forma velada e também explícita, tendo a escola como principal palco de acontecimentos discriminatórios, preconceituosos, racistas, que vão se naturalizando e perpetuando na sociedade. As conquistas e mudanças acontecem, mas ainda há muitas continuidades.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais; Lei 10.639/03; Educação.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>07</b>
<b>Capítulo I- Identidade, Ideologia e Currículo .....</b>	<b>10</b>
1.1 Considerações sobre a construção da identidade da população negra .....	10
1.2 Ideologia racial brasileira.....	12
<b>Capítulo II - Por uma educação étnico-racial nos currículos: a contribuição da lei 10.639/03 .....</b>	<b>18</b>
2.1 A Lei 10.639/03.....	20
<b>Capítulo III - Atividades de implementação da Lei .....</b>	<b>22</b>
3.1 Dados da pesquisa.....	23
3.2 Para além do olhar objetivo.....	25
3.3 A magia da leitura como ferramenta para a construção do respeito étnico-racial...29	
3.4 Colega Angolano.....	33
3.5 Entrevistas a diretoras e coordenadoras.....	37
<b>Conclusões.....</b>	<b>40</b>
<b>Referências .....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Os cento e vinte e cinco anos que se passaram após a Lei Áurea não foram suficientes para resolver o grande número de problemas discriminatórios que ficaram enraizados ao longo dos séculos devido às marcas do regime da escravidão. O Estado brasileiro é responsável “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos”, como é reconhecido no Documento Oficial Brasileiro para a III Conferência<sup>1</sup>:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou (BRASIL, 2001 *apud* SECAD, 2006<sup>2</sup>)

Até hoje permanece a luta dos negros em prol do direito à participação nos espaços da sociedade brasileira e ao respeito e reconhecimento dos mesmos. Ressalto uma série de reivindicações pelas quais os negros já lutaram através do Movimento Negro Brasileiro:

o reconhecimento da Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (1958); do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966); do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968); a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerando a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, e as manifestações culturais como um bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e a publicação da Lei nº 7.716/89, a Lei Caó, que define os crimes resultantes de discriminação por raça ou cor; no campo educacional, a publicação da Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, assinalam o quadro de intenções da parte do Estado brasileiro em eliminar o racismo e a discriminação racial. A partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, esse procedimento é mantido, sendo o Estado brasileiro signatário da Declaração e do Plano de Ação resultantes desta conferência. (idem, p.18)

Pensando que a escola foi projetada e produzida com finalidades objetivas de realização, que ela inclui e exclui de acordo com a lógica do sistema político-econômico que a criou e que nela

---

<sup>1</sup> Conferência Mundial contra o Racismo, à Discriminação Racial, à Xenofobia e às Formas Correlatas de Intolerância.

<sup>2</sup> Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.262 pg.: il.

se encontram as intenções de manutenção do poder explícitas neste sistema, é importante e necessário olhar mais de perto a forma como se dá a educação para o exercício docente e investigar a contradição existente em sua finalidade – transformação/ conservação dos sujeitos e do conhecimento no processo de formação.

Pensando que aprendemos e ensinamos na prática da realidade social e que internalizamos experiências positivas e negativas no decorrer de nossas vidas, e que a educação é algo inseparável da vida do homem, a reflexão sobre a forma como concebemos a escola e a sua organização é muito importante e delicada, pois a educação escolar faz parte da formação que a pessoa vai levar para a vida toda, tendo um papel muito relevante, tanto no aspecto positivo, como no aspecto negativo.

A escola precisa ser repensada como um lugar de humanização, no sentido de resgatar a sua vocação para a construção do conhecimento e superação da realidade, ou seja, a escola enquanto um lugar onde é possível compreender a riqueza que se encontra na singularidade e pluralidade dos sujeitos. Para tanto, foi criada a Lei 10.639/2003 com a proposta de implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana<sup>3</sup> nas escolas, com a inserção de materiais didáticos e paradidáticos para o ensino das mesmas, pois, como diz na Carta de Cuiabá, em 14 de novembro de 2007:

inúmeros materiais distribuídos para as escolas ainda transmitem mensagens perversas que ratificam teorias racialistas europeias dos séculos XVIII e XIX. Não é novidade que essas teorias foram apropriadas por intelectuais brasileiros e provocaram, dessa forma, graves danos na interação negros e brancos.

É necessário, portanto, inserir uma outra visão do negro, um outro lado da história do negro, evidenciando suas múltiplas contribuições e dimensões na constituição da história brasileira para podermos dar-lhes o direito de dignidade, que lhes tem sido retirado, tantas vezes.

---

<sup>3</sup> Retirado do texto **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana - Lei Nº 10.639/2003**, documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído por iniciativa do Ministério da Educação por meio da portaria interministerial MEC/MJ/SEPPIR nº 605 de 20 de maio de 2008, que tem como objetivo desenvolver uma proposta de Plano Nacional que estabeleça metas para a implementação efetiva da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) alterada pela lei nº 10.639/2003 em todo o território nacional, p 29-30.

Acontecendo isso, favoreceremos a incorporação dos mesmos à sociedade de forma justa, anti-racista.

### **Objetivos**

Este trabalho tem por objetivo principal investigar a inserção do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na rede escolar pública do município do Rio de Janeiro. Os demais são:

- Averiguar de que forma os profissionais da educação dessas escolas estão implantando o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.
- Apurar os resultados obtidos pelos mesmos, incluindo aceitação e não aceitação dessas novas práticas.
- Fazer um levantamento do posicionamento dos professores quanto à nova lei.

### **Justificativa**

A implantação do trabalho de reconhecimento e valorização da História e Cultura do negro na sala de aula já está sendo experimentado, obtendo resultados positivos, como salienta Valéria Aparecida Algarve (2004), em sua dissertação de Mestrado:

Houve melhora considerável no relacionamento das crianças negras que, antes, não se assumiam como tal; as crianças brancas entenderam que podem existir culturas diferentes da sua e tão interessantes quanto e, finalmente, houve aumento na auto-estima das crianças negras no momento em que se perceberam integrantes da cultura valorizada. (p.8)

O racismo está presente em nosso cotidiano através das pessoas que conhecemos (e as que não conhecemos) em ambientes que frequentamos e, constantemente presenciamos atos, gestos, palavras, piadas, comentários, às vezes, através, apenas, de um olhar discriminatório. Isso é, infelizmente, repassado através da educação familiar, educação escolar e educação no meio social. Portanto, é necessário que haja um olhar mais atento para essas questões cotidianas que são marcantes na formação educacional de qualquer indivíduo.

### **Metodologia**

Para que os objetivos fossem alcançados, foram aplicados questionários para apurar de que forma as diretrizes curriculares da lei nº 10.639/03 estão sendo implementadas; que tipo de materiais são apresentados e que atividades são feitas para o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira; foram feitas observações em sala de aula, em outros espaços da escola e foram feitas entrevistas a diretoras e coordenadoras acerca da Lei 10.639/03.

## CAPÍTULO I

### IDENTIDADE, IDEOLOGIA E CURRÍCULO

#### 1.1 Considerações sobre a construção da identidade da população negra

As marcas que o preconceito e a discriminação racial deixaram em nosso país são totalmente visíveis e lamentáveis, pois se encontram na pobreza, na evasão escolar, na não-aceitação do negro no mercado de trabalho, no grande número de favelas, no aumento da criminalidade... enfim, é um outro lado do muro que se formou pela construção social, daqueles que se dizem “melhores” que o negro, e acabam contribuindo para que o mesmo se sinta inferior, muitas vezes, sem coragem, sem ânimo para lutar contra essa realidade, que persiste décadas depois da abolição da escravidão.

A identidade é a construção da história de cada um, mas, as ideologias também fazem parte do processo de construção da identidade. E como é vista a identidade do negro?

Quando a classe dominante levanta uma imagem negativa em relação a um grupo que a mesma julga inferior, o grupo excluído, muitas vezes, aceita e acredita nesta condição de inferioridade, levando à negação da própria identidade.

Os estereótipos criados para a raça e etnias<sup>4</sup> negras, onde suas culturas são desvalorizadas e folclorizadas, corroboram para a dificuldade que muitos encontram em se assumirem pertencentes a esses grupos, pois, fica mais fácil de serem aceitos na sociedade negando a condição de provir de uma classe desvalorizada e com um passado muito marcante, mal visto e mal dito.

Segundo Loureiro: “identidade étnica é a atualização do processo de identificação e é, em parte, fruto dos interesses e definições de outros grupos em relação ao grupo cuja identidade está em questão”. (LOUREIRO, 2004 p. 66-67)<sup>5</sup>. Então, o processo de construção da identidade passa

---

<sup>4</sup> Conceito de Etnia: “um conjunto de indivíduos que histórica ou mitologicamente têm um ancestral comum, uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura e moram geograficamente em um mesmo território”. (MUNANGA *apud* OLIVEIRA, 2006 p.48).

<sup>5</sup> LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade Étnica em Re-construção**. Editora: O lutador. 2004. BH.

pela imersão na ideologia da classe dominante que tem o forte interesse de tornar “uma só” a sociedade, com valores homogeneizados.

Pelo fato de “essa” cultura ser a imposta nas escolas, as crianças e adolescentes da classe dominante têm mais facilidade em compreender os códigos transmitidos, pois estão imersas nessa cultura. Já para as crianças das classes desfavorecidas, os códigos se tornam, muitas vezes, indecifráveis.

A construção da identidade é, portanto, um processo dinâmico que reflete uma constante transformação, em que o eu e o outro mantém uma interação dialética, responsável por organizar cada experiência pessoal como representação de um mundo simbólico, ou seja, essa experiência se dá através de construções sobre o real. Ferreira (2000) considera identidade como “uma referência em torno da qual o indivíduo se auto reconhece e se constitui, estando em constante transformação e é construída a partir de sua relação com o outro.” (p.47)

A brancura, disseminada como ideologia do progresso, da evolução, do que é bom, do ideal a ser seguido, torna-se então, algo almejado pelo negro, que, diante de todo o sofrimento carregado pelo mesmo, proveniente da escravidão, de toda opressão sofrida executada pelos brancos europeus, passa a buscar, a desejar uma realidade diferente da sua, significando se negar enquanto pessoa, negar sua cor, sua existência.

Tudo o que traz a marca do sofrimento, da exclusão da sociedade, do diferente que é desprezado, torna-se irrelevante, dispensável, abominado e o negro termina por desprezar seu próprio corpo e passa a querer ser reconhecido como branco, que é o referencial nas sociedades, passando assim a adotar valores, posturas do branco, conseqüentemente, invisibilizando seus valores, sua cultura, sua própria história.

O preconceito racial é como uma barreira que impede o negro de ir em busca de sua identidade. Quanto mais ele sofre, mais ele quer se distanciar do que o marca e se aproximar do branco a fim de ser aceito na sociedade. Não tendo êxito, muitas vezes se entrega à realidade que lhe é imposta, desistindo de encontrar saídas, caminhos que quebrem com essas barreiras que evitam o encontro com o “sucesso” e o reconhecimento, conduzindo ao isolamento, ao distanciamento e anulação de seus sonhos (no caso da educação escolar, deixar de almejar o ensino superior pode ser um exemplo).

Entretanto, essa forma como o negro se vê e de como ele é visto é resultante de uma ideologia que foi construída ao longo dos tempos, através de teorias e pensamentos de estudiosos estrangeiros e europeus. (SOUZA, 2007)

## 1.2 Ideologia racial brasileira

No final do século XIX, a elite brasileira impunha sua ideologia racial, em que pregava que a população negra era uma forte ameaça ao futuro da raça e da civilização branca no país e que a melhor solução apontada pelos intelectuais da época seria o embranquecimento, eliminando os pretos e os pardos da sociedade, através do “cruzamento” com o branco, fazendo com que após cada geração a pele fosse ficando mais clara e, assim, solucionando o problema racial, como é ressaltado por Skidmore em seu livro *Preto no branco*, através de citação retirada do *Jornal do Comércio* em 4 de dezembro de 1899:

Não há perigo [...] de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo *amor*. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com raras exceções) acolhe-o, estima-o no seu meio. Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção. (*grifo meu*) (SKIDMORE *apud* MUNANGA, 2004, p.121-122)

Para Abdias<sup>6</sup>, “o branqueamento da raça negra é uma estratégia de genocídio” (*apud* MUNANGA, 2004, p. 101) começando através do estupro da mulher negra. Acreditava-se que o negro era uma ameaça à população branca, pois a elite queria construir uma identidade nacional, tomando como base a raça branca, que é superior, disseminando a negra com o “método” do embranquecimento, através da mistura, da mestiçagem. Houve uma diminuição no mestiçamento, pois:

Não somente porque ele foi abandonado no meado deste mesmo século, mas porque havia também resistências, nem todas as mestiças e todos os mestiços teriam a chance de casar com as pessoas mais claras para ter filhos branqueados. Nem todas as negras e negros teriam a chance de encontrar parceiros sexuais mestiços e brancos que lhes dariam filhos mestiços, futuros candidatos ao branqueamento. (SKIDMORE<sup>7</sup>, 1976, p. 90)

<sup>6</sup> NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 69.

<sup>7</sup> SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco. Raça e racionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.90.

Tendo isso acontecido, a população negra voltou a crescer lentamente retirando, aos poucos, do cenário nacional, a ideologia convicta do embranquecimento e eliminação do negro, acarretando em um Brasil de diversas cores e denominações próprias, como mostra Moura, após o Censo de 1980:

Acastanhada, agalegada, alva, alva-escura, alvarente, alva-rosada, alvinha, amarelada-queimada, amarelosa, amorenada, avermalhada, azul, azulmarinho, baiano, bem-branca, bem-clara, bem-morena, branca, brancaavermelhada, branca-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-sardenta, branca-suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha-escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo-verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha-clara, cobre-corada, cor-de-café, cor-decanela, cor-de-cuia, cor-de-leite, cor-de-ouro, cor-de-rosa, cor-firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquecimento, escurinha, fogoió, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira-clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marron, meio-amarela, meio-branca, meio-morena, meio-preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena-bem-chegada, morena-bronzeada, morena-canelada, morena-castanha, morena-clara, morena-cor-de-canela, morenada, morena-escura, morena-fechada, morenã, morena-prata, morenaroxa, morena-ruiva, morena-trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negrota, pálida, Paraíba, parda, parda-clara, polaca, pouco-clara, poucomorena, preta, pretinha, puxa-para-cabra, quase-negra, queimada, queimadade-praia, queimada-de-sol, regular, rosa, rosada, rosa-queimada, roxa, ruiva, ruço, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor.(MOURA<sup>8</sup>apud MUNANGA, *op. cit.*, p. 132-133)

Ainda no final do séc. XIX e início do séc. XX, momentos de crise sanitária no Brasil, em que doenças como febre amarela e tuberculose atingiam boa parte da população do país onde os negros eram apontados como culpados, responsáveis pelas mesmas, pois diziam que eles haviam trazido da África e que a mistura racial induzia a um enfraquecimento biológico, levando os mestiços a contraírem a doença também. Isso fez com que muitos especialistas vinculassem essa crise, na saúde, à pobreza e à população mestiça e negra, levando-os a defenderem métodos eugênicos de contenção e separação da população, com o objetivo de fazer o cruzamento dos sãos e impedir a reprodução dos “defeituosos”. A eugenia tinha por objetivo intervir na reprodução das populações a fim de criar uma boa geração, eliminando as raças inferiores e obter uma raça pura e forte. O professor Renato Kehl apoiando as leis de esterilização aplicadas em Nova Jersey disse:

Si fosse possível dar um balanço em nossa população, entre os que produzem, que impulsionaram a roda do progresso de um lado e de outro os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos

---

<sup>8</sup> MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988, p. 64.

hospitais e nos asyls, os mendigos que perambulam pelas ruas... os amoraes, os loucos, a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça... A porcentagem desses últimos é verdadeiramente apavorante... Os médicos e eugenistas convencidos dessa triste realidade procuram a solução para esse problema e de como evitar esse processo de degeneração... é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos...[...] (KEHL<sup>9</sup> apud SCHWARCZ, 1996, p.95)

Essa fala do professor Renato foi proferida em 1921 e o tema aos poucos foi perdendo força, se deslocando das instituições científicas e ganhando espaço nas relações pessoais do cotidiano e perpetuando em formas de expressões grosseiras e de piadas que ainda fazem parte da vida social.

Atualmente, ainda “corre solto” pelo imaginário, pelo noticiário estrangeiro, e também como forma de colocar por “debaixo do tapete” as questões problemáticas raciais contra o negro que o Brasil enfrenta através de alguns da elite, e também por aqueles que, inocentemente, absorveram esse pensamento, essa ideologia, de que existe no Brasil uma democracia racial, onde todos vivem em perfeita comunhão, união e harmonia... isso é apenas uma abordagem ilusória e “intencionalista”. Como ressalta Munanga:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. (MUNANGA, 2005, p.89)<sup>10</sup>

Democracia racial, onde muitos negam sua própria raiz, se escondendo numa identidade camuflada, pois estando em determinadas sociedades e ambientes, essa identidade provavelmente se “adequa àquela cor” que lhe melhor cabe, ou que lhe faz sentir melhor naquele ambiente. Por exemplo, um negro que vai à Bahia se sente muito mais à vontade do que indo ao Rio Grande do Sul. Num ambiente em que lhe é incutido que o branco é o superior, é o modelo ideal, que tudo o que provém dele e para o qual ele se destina, é o melhor, que ele

---

<sup>9</sup> KEHL, Renato. Brasil médico. In: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. 1996, p. 95.

<sup>10</sup> MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD.2005 p.89.

é o mais aceito pela sociedade e no mercado de trabalho, e que para fazer parte dessa sociedade, desse mercado de trabalho, tem que ser branco; aquela identidade primeira se esvai pelo ralo.

Muitos que são negros se classificam como “morenos”, pois é uma forma de estar mais próximo do branco, do “puro”. A ideologia do branqueamento, pela coação, pela pressão psicológica levou muitos negros (e ainda leva) a alienarem sua identidade, buscando transformarem-se, cultural e fisicamente, tomando como espelho, os brancos.

É necessário que se admita que no Brasil o preconceito racial é, especialmente, de cor e não um preconceito de classe. O Brasil não é um “paraíso racial” como muitos pregam.<sup>11</sup> Se o Brasil quer ser assim chamado, deve garantir igualdade social, cultural e econômica para todos. O povo brasileiro é ambíguo ao tratar ou pensar a questão racial, pois, ao mesmo tempo em que, de um lado tem-se o não-racista, de outro lado esse mesmo, admite conhecer alguém que seja. Então, o Brasil não é um país racista?

Pereira cita parte de pesquisas realizadas pela Folha de S. Paulo em 25/03/84 e em 25/06/95, onde: “As respostas dos entrevistados, brancos e negros, negavam em suas experiências de vida a familiaridade com o preconceito, mas entrevistados de ambos os grupos atribuíam a outrem a responsabilidade pela existência do fenômeno entre nós”<sup>12</sup>.

Hoje, o critério de cor e o critério econômico, como forma de categorizar estereótipos, continuam conjugados, colocando o negro numa posição econômica baixa. Quando se fala em negro, muitos se remetem à pobreza, favela, criminalidade, tráfico... Ojo-Ade(1999) questiona:

Onde estão os negros brasileiros? Eles estão na televisão; só como jogadores de futebol como atores desempenhando papéis secundários, como dançarinos nesses dias distintos (férias de inferno diário) do carnaval. Nem estão no avião. Nem na Câmara de Deputados. Nem na aula. Nem nos jornais. Nem no governo. Na verdade, o Brasil quer mostrar ao mundo a imagem de um país ocidental, moderno, civilizado, branco. Neste “paraíso” todos os elementos negros são marginalizados. (p.43)<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Mito do Paraíso Racial, colocado pelo autor FemiOjo-Ade no artigo: O Brasil, paraíso ou inferno para o negro? Subsídios para uma Nova Negritude; organizado por Jeferson Bacelar e Carlos Caroso em **Brasil: um país de negros?** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, CEAO, 1999.

<sup>12</sup> PEREIRA, João Baptista Borges. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996, p. 76. <sup>13</sup> OJO-ADE, Femi. O Brasil, paraíso ou inferno para o negro? Subsídios para uma Nova Negritude. In: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). **Brasil: um país de negros?** 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas; CEAO, 1999, p. 43.

Atualmente, já é sabido que não existem várias raças biológicas, e sim, uma apenas, que é a raça humana, mas ainda é muito comum falar sobre raça e preconceito racial numa abordagem em que seria melhor utilizar o termo preconceito racial que abrange mais a realidade do preconceito brasileiro. Como salienta Guimarães (1999)<sup>13</sup>

[..] “raça” é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são *efetivamente* raciais e não apenas de classe. (*grifo meu*)

Enfim, não faltaram teorias que explicavam o atraso do Brasil pela inferioridade da população que aqui residia. Essa ideologia vem sendo combatida, mas, não se muda mentalidades com tanta rapidez como se faz em uma revolução econômica. E, atualmente temos uma lei que instituiu mudanças no currículo escolar da Educação Básica brasileira: a lei 10.639/03, conforme já destacado no início deste trabalho.

Na perspectiva de Bobbitt<sup>14</sup>, o tema currículo se transforma numa questão de organização; tal como na indústria, é fundamental, na educação, estabelecer padrões: “a educação, tal como a usina de fabricação de aço, é uma processo de moldagem”. (SILVA, 2007, p. 24)<sup>15</sup> “Moldagem”... moldagem em ideologia, moldagem em “qual educação é a correta?”, moldagem em “qual cultura deve ser bem vista?”, moldagem em “qual linha de atos e pensamentos deve-se seguir para ser bem aceito na sociedade?”.

Segundo Althusser (1983), a sociedade capitalista, para sua sustentação, depende da reprodução dos componentes econômicos e ideológicos. A escola tem um papel importante na manutenção da ordem capitalista, pois transmite a ideologia da classe dominante, através do currículo. Dessa forma, o autor afirma que “a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis. (SILVA, idem, p.32) E ainda, “a escola constitui-se num

---

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fund. De Apoio à USP. Ed. 34, 2002, p. 50.

<sup>14</sup> As ideias de Bobbitt foram retiradas por Silva do livro de Callahan, cuja referência se encontra no final deste texto.

<sup>15</sup> SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. Ed. Autêntica. São Paulo. 2007.

aparelho ideológico central porque atinge praticamente toda a população por um período prolongado de tempo”. (SILVA, idem, p. 31).

Tomaz Tadeu da Silva traz como questão principal a exclusão das classes menos favorecidas por parte da escola. Essa exclusão ocorre por estarmos inseridos em um sistema que tem como referência a cultura da classe dominante, como sendo o ideal de cultura a ser atingido. Segundo o autor, “os valores, os hábitos e costumes, os comportamentos da classe dominante são aqueles que são considerados como constituindo A cultura”. (SILVA, idem, p.34)

A escola é uma instituição que atua no processo de disseminação dessa ideologia.

Para mudar esse quadro, deve-se começar fazendo um planejamento no currículo para promover uma justiça racial no campo da educação, e, conseqüentemente, para a vida em sociedade.

## CAPÍTULO II

### POR UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NOS CURRÍCULOS: A CONTRIBUIÇÃO DA LEI 10.639/03

O preconceito racial existe, e existe mais do que imaginamos e/ou percebemos, e a escola deve ser um dos principais meios de dissipação do preconceito contra o negro. Não basta apenas existir uma lei para que o problema seja solucionado, tem que haver uma rede social de consciência do problema, que esteja atenta, que seja fiscalizadora, sendo indispensável, também, que essa rede atue a favor dessa causa, do contrário, não obteremos resultados positivos. Não basta apenas estar no currículo e o professor não abordar de forma correta e delicada o assunto sobre o negro.

Muitos professores ainda não conhecem a Lei 10.639. É importante que o professor saiba identificar as diversas mensagens de racismo que podem e são passadas através de livros didáticos e saber lidar com elas, saber qual abordagem ele deve traçar em sala de aula para que a mensagem a ser passada seja positiva e não perpetue ideologias e estereótipos contra o negro, e para que ele possa usar o tema como fonte de debate, afinal, raramente se faz referência a esse tema em sala de aula; mas isso é uma iniciativa que deve ser tomada, principalmente, pelo professor. O racismo faz parte da ideologia da classe dominante e perpassa, também, espaços micro da sociedade. Como acrescenta Trindade (2008)

O racismo é uma construção sócio-histórica tecida ao longo dos séculos, na perspectiva da exclusão, da dominação, na justificativa da apartação e hierarquização humana. O racismo não é natural, não é intrínseco ao ser humano, às pessoas. Aprendemos a ser racistas, a reproduzir e produzir o racismo, logo, se é assim, também podemos aprender a não ser racistas, a não produzir e a não reproduzir o racismo. (idem, p.46)

Além da questão da raça, no Brasil tem-se a diferenciação, a discriminação pela classe em que o indivíduo se encontra. Como diz Henrique Cunha Júnior, o racismo brasileiro “vai muito além da cor da pele. Traduz uma inferiorização pela cultura e pelas possibilidades de aquisição de bens materiais. Cria ideologias capazes de produzir as exclusões, as inclusões de participações com restrições e as participações minoritárias” (2008, p.88)

É necessário que a escola esteja disposta a ir de encontro à ideologia de exclusão. E que tenha profissionais dispostos a desconstruírem essa ideologia e reconstruírem uma nova visão do negro. Entretanto, a maioria dos professores, antes de se tornarem professores, não teve nenhuma formação específica (ou até mesmo alguma instrução) para trabalhar questões raciais em sala de aula. Munanga aponta que:

(...) apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (BARBOSA *apud* MUNANGA, 2005, p.147)

Como podemos então cobrar dos professores esse compromisso e ainda os criticamos, se os currículos e programas de cursos de formação de professores não contemplam os conteúdos aos quais a Lei 10.639/03 se refere, não são oferecidos aos futuros docentes?

É necessário também que o Projeto Político Pedagógico das instituições escolares considerem a inclusão da questão negra no mesmo, sendo elaborado em conjunto com os diversos profissionais da instituição escolar. Como nos lembra Gomes (2006), por mais avançada que uma lei possa ser, ela só vai ser concretizada ou não, na dinâmica do cotidiano escolar, no currículo escolar, nos embates políticos, nas relações de poder, na dinâmica social. Mas, para isso, é necessário também, mudança na postura dos profissionais da educação, na reflexão e aceitação da diversidade cultural, a partir, primeiramente, dos mesmos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira não vêm estabelecer privilégios e prioridades, e sim para apresentar essa história e essa cultura a fim de dar sentido à história e cultura de cada um.

(...) não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (BRASIL, 2004 *apud* CARVALHO<sup>16</sup>*et al.*)

---

<sup>16</sup> CARVALHO, Carlos Roberto de; SILVA, Luciane Nunes da; PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Algumas reflexões sobre a implementação da lei 10.639/03 nos espaços-tempos escolares e sobre a construção de uma

Esse é um movimento de troca cultural, de troca do diverso, de troca de saberes e valorização e respeito dos mesmos dando um lugar de merecimento à história do negro.

## 2.1 A Lei 10.639/03

No dia 9 de janeiro de 2003, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a Lei nº 10.639, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira e no ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras. O parecer que regulamenta essa lei ressalta que

destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2004, p. 10)

Esse parecer instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que ressaltam a importância de

salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (BRASIL, 2004, p. 10-11)

A Lei 10.639 não foi criada com o intuito de estabelecer prioridades e privilégios para o povo negro, mas sim reconhecer a contribuição histórica de grande parte da sociedade, assim como suas raízes culturais, que são esquecidas, que são invisibilizadas. Brandão ressalta que

A Lei 10.639/03 possui assim um gigantesco valor na medida em que questiona mitos e ideologias e aponta para a necessidade de construção de perspectivas não hierarquizantes de relação entre as diferenças inscritas no tecido social. A lei possui também uma enorme importância estratégica, pois transforma estas perspectivas em razão de Estado. [...] Assim, a Lei 10.639/03 pode ser tomada como um importante ponto de apoio para a produção de uma nova “imaginação nacional”. (2007, p.36)

### CAPÍTULO III

#### ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Em 2010, me tornei bolsista de Iniciação Científica/ UNIRIO e, em 2012, bolsista PIBIC. Esse fato permitiu que fosse feita uma pesquisa com base no projeto intitulado “Inserção da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em escolas do município do Rio de Janeiro”. Para coletar dados que me permitissem averiguar se a Lei 10.639/03 estava sendo implementada, inicialmente, foi feita uma busca pelo site da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro<sup>17</sup> a bairros selecionados por mim e pela orientadora, onde foram coletados números telefônicos a fim de realizar uma pequena entrevista por telefone.

Selecionamos escolas municipais dos seguintes bairros: Tijuca, Centro, Santa Teresa, Gamboa, Catete, Flamengo, Botafogo, Copacabana e Urca, onde foram consideradas apenas as escolas que ofereciam o 1º segmento do Ensino Fundamental. As demais foram descartadas dos dados numéricos, pois, não faziam parte do enfoque da mesma.

Foram listadas 66 escolas, das quais, 14 eram creches (por isso, foram descartadas), 17 não consegui contato (ou o número estava incorreto, ou não havia número de telefone registrado no site da prefeitura ou chamava e não atendia, nem mesmo após outras tentativas), 5 não quiseram responder (algumas dessas não quiseram sequer falar com que segmentos a escola trabalhava, outras colocaram empecilhos dizendo que teria que passar na CRE<sup>19</sup> primeiro, para depois obter essas informações) e 30 escolas “responderam” às ligações (no sentido de fornecerem dados à pesquisa).

Diante das dificuldades, fui em busca de outros atores que também promoviam práticas positivas quanto à valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Portanto, em um segundo momento, aproveitei um estágio supervisionado que fiz para o ensino médio para coletar dados a fim de acrescentar a minha pesquisa. Também tive a oportunidade de conversar

---

<sup>17</sup> Site da prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/>>

<sup>19</sup> Coordenadoria Regional de Educação

com uma professora de sala de leitura cuja escola em que trabalha não se encontra na lista de escolas selecionadas acima.

Com os dados obtidos, pude perceber como o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira está sendo implementado tanto em uma escola do ensino fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro como em uma escola de ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro.

### **3.1 Dados da pesquisa**

Inicialmente, na entrevista às escolas listadas, me apresentava como pesquisadora da UNIRIO, mas encontrei desconfiança e resistência quanto ao fornecimento de informações, então passei a me identificar como aluna da graduação que estava fazendo um trabalho para a faculdade. Após isso, senti menos resistência e maior sinceridade nas respostas.

Através de questionamentos direcionados a diretoras e coordenadoras pedagógicas, como: “os professores ensinam História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nesta escola?” e “há algum projeto nessa área com o qual a escola trabalha, ou trabalhou?”, algumas das respostas se encontram a seguir:

(Escola A) “A escola sempre trabalha esse tema, depende de cada professor, da turma, do momento...” em seguida fez um discurso de que são favoráveis a abordarem essas questões dizendo: “afinal, a escola tem muitos pardos.”

(Escola B) A diretora disse que trabalharam em 2009 com o Projeto Raça e Cor e também na Copa do mundo, aprofundando o tema; como ela estava ocupada eu perguntei se poderia ligar outro dia para saber mais sobre o Projeto e ela concordou. Na segunda ligação, a diretora disse que não havia falado isso e que o projeto que eles trabalharam foi “A Cor da cultura”, o qual foram obrigados a fazer e receberam material sobre o tema.

(Escola C) “Em 2006 houve o projeto ‘A Cor da cultura’. Eles trabalham mais o tema quando está próximo ao Dia da Consciência Negra [...] É mais fácil trabalhar a África do que a questão indígena, pois não tem muito o que falar sobre a contribuição deles.” “Eles fazem a lei, mas não dão materiais, o professor não tem capacitação para falar sobre isso. Tem professor que não gosta de falar sobre o tema.”

(Escola D) A coordenadora disse que eles trabalham através de livros paradidáticos, filmes, desenhos...

(Escola E) “Ah... só o ensino básico mesmo.”

(Escola F) A coordenadora disse que os professores ensinam, mas não sabe como.

(Escola G) Os professores de História, mas não tem material específico.

(Escola H) “Ensinam o que está dentro da própria História, e depende do professor.”

(Escola I) “Os professores de História e Geografia ensinam.”

(Escola J) Uma diretora, através da atendente, havia falado sobre um projeto, o qual se chamava “Diversidade”. Então, eu disse à atendente que depois retornaria a ligação para conversar com a diretora ou coordenadora com mais calma a fim de saber mais detalhes sobre esse projeto. Outro dia liguei e conversei com a diretora e ela negou que havia esse projeto e muito menos que havia falado sobre o mesmo. Disse apenas que eles falaram sobre a Copa do mundo e que haveria a Feira da Cultura em novembro e que falaria sobre o tema. Quando perguntei se poderia ir à feira, encontrei um pouco de resistência e fui passada à coordenadora, pois a diretora não sabia se realmente era o tema que interessava ao meu trabalho. Então, marquei com a coordenadora para uma conversa sobre a Feira. Fui à escola e ela me passou o calendário da Feira e disse que haveria apresentação musical e que uma professora iria explicar sobre o samba. Fui à Feira, assisti às apresentações e não tinha absolutamente nada explícito referente à cultura africana, foi apenas um *show* dos alunos.

Algumas escolas não quiseram sequer responder com quais segmentos trabalhavam. Uma delas disse que não poderia responder a esse tipo de pergunta por telefone e que ninguém que trabalha lá poderia responder, e finalizou a conversa dizendo que estava ocupada e que teria que desligar.

Através das respostas foram geradas as seguintes variáveis: “ensinam”, “não ensinam” e “em parte”; onde 5 ensinam, 11 não ensinam e 14 em parte (as quais forneceram várias abordagens/motivos/desculpas para o não-efetivo ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: ensinam somente em sala de leitura; quando o professor quer; depende de cada professor; somente tratam sobre o tema no dia da consciência negra; não há qualificação suficiente dos professores; somente o que está dentro da própria história; o básico). Não foi

encontrado nenhum projeto específico e próprio da escola sobre o tema até o presente momento. Muitos utilizaram a Copa do mundo na África para não ficarem muito “fora da lei”.

Diante desses resultados, optamos por entrevistar alguns professores que estão trabalhando com as diretrizes curriculares estabelecidas pela Lei 10.639/03, de forma pontual, para que pudessemos ter referenciais de algumas vivências em prol da referida lei.

### **3.2 Para além do olhar objetivo**

Durante duas semanas do mês de abril pratiquei o Estágio Supervisionado do Ensino Médio num colégio estadual normalista (curso de formação de professores em nível médio) no centro da cidade do Rio de Janeiro.

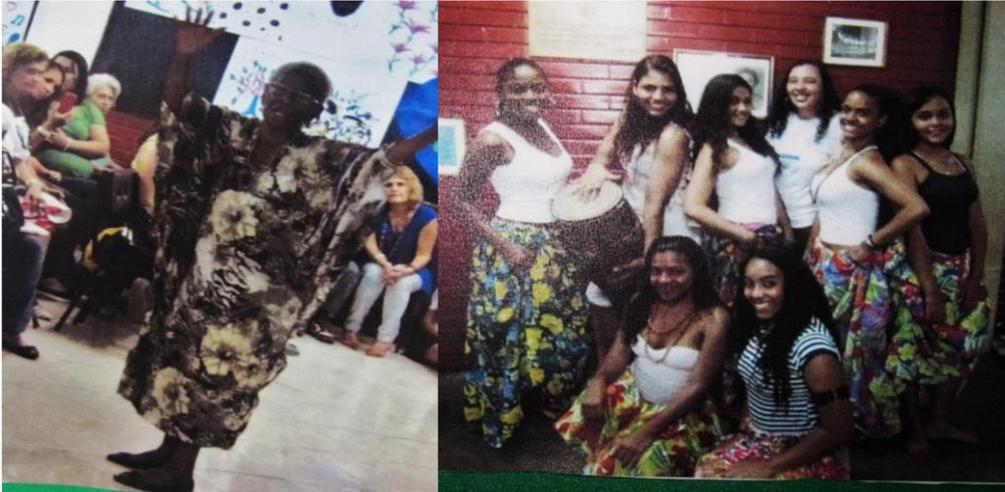
Acompanhei somente uma turma do 4º ano do ensino médio. Dentro das observações pertinentes ao estágio pude perceber diferentes posturas e situações que me remeteram a meu subprojeto de pesquisa. Ali, encontrei pistas do que acontecia nas instituições escolares, no que concerne a esse ensino.

Eu não poderia perder essa oportunidade de buscar respostas, reflexões e visões sobre a questão racial e suas nuances. A observação requer uma ampliação do campo audiovisual para enxergar além do momento em que o professor está à frente dando o conteúdo de sua disciplina. Esse olhar e essa audição devem buscar também os momentos em que os alunos estão à vontade conversando em grupo, ou em conversas paralelas, ou restritas; conversas pelos corredores, ou até mesmo diretamente com o estagiário, que é alguém de fora, com quem também lhes desperta interesse em estar dialogando, trocando ideias, experiências, frustrações e dúvidas.

No primeiro dia de observação, identifiquei em um dos espaços abertos do segundo andar, um mural com o título “Jongo 2010” com várias fotos expostas.



Conversando depois com uma professora, descobri que se tratava de um projeto que aconteceu. Nesse projeto foi apresentada uma senhora negra que contou histórias dos seus antepassados aos alunos. Essa mesma mulher ensaiou, com as alunas, a coreografia do jongo que, posteriormente, apresentaram. Os alunos também participaram tocando instrumentos.



A professora de Literatura Infantil foi a responsável pelo evento. Ela disse estar envolvida na efetivação da implementação da Lei 10.639/03 e participa de reuniões do Movimento Negro.

Num outro mural, intitulado “Animação Cultural”, tem fotos de momentos em que foi trabalhada a cultura africana, a questão racial, o respeito (como relatado pela professora).



Ela teve um projeto aprovado pela Secretaria de Educação que resultou em uma viagem à África do Sul (passagem arcada pela secretaria) onde ela apresentou o que trabalhou com seus alunos,

assim como, alguns vídeos desse trabalho (a dança). Inclusive nesse mural tem algumas fotos de alunos apresentando o Jongo em outros locais.



Entretanto, ela ressalta que, infelizmente, essas apresentações aconteciam devido ao Dia da Consciência Negra e que a escola não tem um projeto específico mais abrangente.

No relato dessa professora, sobre levar a questão negra para sala de aula, existe uma visível insatisfação, e ela diz que: “geralmente essa é uma luta particular. Quando vem algum trabalho para ser feito com essa temática, muitos professores falam: ‘Ah, a Lúcia faz?’” Percebe-se

também que é algo direcionado somente a quem é envolvido com a causa, ou tem facilidade de trabalhar. Ela também acrescenta: “É sobre preto?...eu que tenho que tomar conta” (disse isso apontando para si, que é negra). Relatou também sobre a dificuldade da implementação da lei e disse que para dar certo teria que ser um trabalho coletivo, que não é o que acontece.

Questionou o fato de que nos cursos de formação de professores não existir no currículo obrigatório esses aspectos essenciais, pois, como o futuro professor vai lidar com situações que ele mesmo ignora, não conhece, não enxerga. “Então, no final das contas, fica um trabalho pequeno e pela metade, pois é um trabalho individual.” (Nesse momento, andando pelas escadas, ela encontra outra professora – de ensino fundamental – e diz que somente ela é sua parceira nessa causa).

Em relação à sua prática na sala de aula e o que abordava sobre a questão racial na mesma, pude tirar algumas conclusões. Assistindo à sua aula (de Literatura Infantil, que acontece 4 dias da semana, na turma do 4º ano) observei que ela trouxe para debate as atitudes de preconceito racial que o Deputado Bolsonaro teve e também sobre o livro “As caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato que estavam circulando no noticiário. Porém, sua postura quanto às críticas que o “livro estava recebendo”, foi de indignação, pois segundo a mesma, “quem fala um negócio desses é porque não conhece a obra de Monteiro Lobato como um todo. Eu li todos os livros de Monteiro Lobato e são belíssimos! Eu sou apaixonada por ele! O que ele quis fazer ali foi resgatar, retratar a posição do negro, que naquela época, a mulher negra era empregada mesmo. Ele deu voz a quem nem aparecia!” (aqui ela fala sobre tia Anastácia). E disse ainda que defendeu esse seu posicionamento numa reunião do Movimento Negro e que trabalha com os livros de Monteiro Lobato há 10 anos na escola.

Essa questão polêmica da obra “Caçadas de Pedrinho” começou com a indagação de um estudante de mestrado da UNB (Universidade de Brasília), que estudava políticas públicas e étnico-raciais e concluiu que não haviam medidas concretas quanto ao tratamento de livros que contém passagens racistas, preconceituosas. Questionou o fato do livro fazer parte do programa nacional Biblioteca nas Escolas. A intenção do estudante não era censurar ou banir o uso do livro, mas sim, que ele tivesse outra edição trazendo uma explicação sobre o racismo, visto que a 3ª edição, de 2009, trouxe explicações sobre a legislação ambiental, pois na história há uma caça à onça, que hoje seria proibida. Portanto, ele critica a falta de explicação sobre a legislação racial no livro, já que, atualmente, racismo é crime e que a falta de preparo de professores para

tratar do tema em sala de aula pode acarretar a perpetuação de atitudes preconceituosas e racistas.

Outro momento em que pude presenciar uma discussão sobre questões, ainda preconceituosas, foi numa preparação de apresentação para o aniversário do colégio. A professora de educação física estava ensinando, trabalhando e preparando apresentações de dança, em que os alunos iriam apresentar no dia da comemoração. A parte teórica também faz parte do trabalho e é de suma importância conhecer mais o que está sendo trabalhado, os elementos culturais, as histórias que envolvem as danças, as características específicas; assim sendo, aquele conhecimento não fica restrito à prática apenas (à dança).

No início da aula, a professora mostrou um abaixo-assinado feito pelos alunos, os quais não queriam dançar “maracatu”. Eles alegaram motivos religiosos, e os pais não aceitavam (havia mais de uma página assinada). A professora disse que era lamentável ainda haver preconceito. Então, para resolver o problema, ela deixou eles mesmos escolherem que tipos de dança iriam ensaiar para a apresentação.

Em suma, percebe-se que houve/há um movimento na escola para que o negro e sua cultura fossem/sejam valorizados e respeitados, porém como disse uma professora, são apenas momentos isolados e ações individuais que buscam esse objetivo, mas que não deixam de acontecer.

### **3.3 A magia da leitura como ferramenta para a construção do respeito étnico-racial**

Estive em uma escola municipal da zona sul do Rio de Janeiro com o intuito de conversar com uma professora que trabalha na sala de leitura, nessa escola há 4 anos, sobre o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica.

Inicialmente, fiz um questionário objetivo a fim de coletar dados de ordem prática, e depois, dei início a uma conversa mais solta, em que ficamos mais à vontade para falar das questões cotidianas vivenciadas por ela no ambiente escolar e para além da escola. Logo abaixo, o questionário:

#### **Questionário**

1. Em que rede de ensino você trabalha? **R.**

Municipal.

2. Em que área da educação você trabalha?(Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino

Médio...)

**R.** E.I. e E.F.

3. Você conhece a Lei 10.639/03, que fala do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica? **R.** Sim.

4. Você trabalha a implementação dessa lei? De que maneira?

**R.** Sim. Procuo colocar nos meus projetos no cotidiano escolar. Utilizo principalmente a literatura infantil.

5. Você enfrenta algum problema ou dificuldade para trabalhar a questão? **R.** Com os alunos, não.

6. Você conhece algum professor em sua escola que trabalha a História Africana e Afro-Brasileira com os alunos?

**R.** Trabalham somente em datas comemorativas.

7. Algum professor ainda não conhece essa lei? **R.**

Todos dizem conhecer.

8. Qual é a opinião dos que sabem sobre a lei? Há alguma resistência?

**R.** Dizem que é importante, mas as mudanças na prática ainda são muito poucas.

9. A escola tem materiais disponíveis para abordar os temas que a lei propõe? **R.** Alguns vídeos e livros.

10. Se há o ensino de história africana ou de alguma abordagem que remete às questões étnicorraciais, já ocorreu alguma interferência, alguma resistência por parte dos familiares dos alunos? **R.** Não.

11. Como as crianças reagem ao mesmo?

**R.** Costumam gostar. O mais difícil é quando associam algo à “macumba”, com ritmos musicais ou imagens de livros.

**12.** Qual é a postura da escola quanto à abordagem de questões raciais em sala de aula?

**R.** Professores dizem concordar, mas há discordância no que se refere à postura do professor diante de atitudes racistas no cotidiano.

**13.** Já recebeu algum tipo de crítica com relação ao seu trabalho? **R.**

Só positiva, por enquanto.

**14.** Qual é a sua opinião em relação à Lei 10.639/03?

**R.** Importante. Infelizmente necessária. Seria muito melhor se não precisasse e isto já fizesse parte do currículo há muito tempo.

**15.** Você acha que a implementação da mesma sofre problemas? Quais?

**R.** O próprio sistema da rede municipal, por exemplo, só agora, em passos muito lentos, e por estar sendo cobrada vem fazendo algo. Ainda é pouco, poucos professores se interessam pelo pouco que é oferecido.

A professora contou que na sala de leitura há alguns livros de literatura africana, os quais, segundo a mesma, despertam a curiosidade e o interesse dos alunos, que livremente os escolhem, ou então, após ela contar uma dessas histórias, fazendo com que a criança queira ler, queira rever a história. Ela também coloca diversos livros em disposição, em cima das mesas na sala de leitura, de diversos temas, incluindo, histórias africanas, mas nunca as impondo, pois ela quer que o interesse pelas mesmas, venha do aluno. É certo que ela não deixa de fazer leituras com a intenção de apresentar uma outra história, uma outra cultura; também envia uma caixa com livros, como sugestão de trabalho, para as salas dos outros professores, contendo também, livros de cultura africana.

As crianças do ensino fundamental pegam o livro na sala de leitura regularmente e ficam com ele por mais ou menos 15 dias, quando não, trocam por outro antes mesmo que esse prazo termine.

Com as crianças da Educação Infantil, alguns livros são levados para casa, onde os familiares vão ler as histórias e deixar por escrito num caderno, quais foram as impressões que tiveram da

história (em relação a alguns contos africanos, um pai questionou o sentido da história, a qual não havia entendido).

Entretanto, ela conta de muitos episódios em que recebeu elogios por parte dos familiares das crianças em relação aos livros, às diferentes e novas histórias que estão tendo acesso. Ela diz “novas”, pois as referências mais comuns que se têm de literatura infantil são da cultura euro-ocidental, em que personagens são brancos e que muitas vezes muitas crianças não têm a oportunidade de se identificarem com os personagens, pois são negras e os personagens, brancos. Eis aí o “perigo da história única”<sup>18</sup>, em que só um lado da vida, só uma cultura é mostrada. São histórias que não devemos esconder e sim tornar visíveis a todos, pois fazem parte também, da cultura de muitos, como ressalta Trindade (2008)

São histórias vivas, que habitam o cotidiano e o imaginário de muitos brasileiros. São histórias, narrativas, fragmentos culturais que sinalizam outras possibilidades de apresentação, de modos de sentir, agir, pensar, saber, não marcados pela égide ideológica da mentalidade ocidental, moderna, capitalista. (p. 45)

Um dos exemplos que ela deu foi de quando ela apresentou aos alunos o livro “O casamento da princesa” de Celso Sisto em que a princesa é negra, e os alunos se espantaram com essa realidade (que, normalmente, não é apresentada a eles) e logo perguntaram: “Negra”? Isso trouxe a possibilidade de “identificação” com o personagem e de sentimento de orgulho de pertença a essa “raça”. E ainda mais, ela já contou essa história, repetidas vezes, pois eles adoram e torcem com muito fervor pelo casamento da princesa. Isso vai ao encontro com a fala de Trindade mostrando que outros mundos existem e são possíveis: *A intenção é dar visibilidade a estas histórias, cujas estrutura, dinâmica, perspectiva e forma insinuam, anunciam uma diferença, ou diferenças, de visão de mundo, de modo de expressão do mundo, de coerência.* (idem, p. 42)

Ela ressalta a importância da “escuta” do professor, em que o mesmo deve sempre estar atento às pequenas coisas que acontecem dentro da sala de aula, às conversas e atitudes dos alunos. Em uma dessas conversas, disse que uma das alunas pegou o livro “A História da Preta” e ficou olhando a capa... a outra aluna a perguntou: “Ah, você pegou esse livro porque é sua história?” e ela respondeu: “É. Por quê? Eu sou preta mesmo!” (ambas são negras) Daí, a colega que fez

---

<sup>18</sup> Vídeo ChimamandaAdichie: O perigo de uma única história - **Parte 1**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=O6mbjTEsD58>> e **Parte 2**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SZuJ5O0p1Nc>>.

a pergunta ficou meio sem graça, mas ao mesmo tempo, refletindo o fato de sua amiga ter se assumido como negra, enquanto que ela parecia demonstrar o contrário. Depois, em um momento em que estavam somente as duas e a professora, a professora conversou sobre essas questões.

Quanto ao diálogo com os professores sobre questões étnico-raciais, se resume somente a ele, e práticas efetivas não acontecem.

Elas, juntamente aos alunos, fizeram uma espécie de correio interescolar, em que enviaram cartas para uma escola (na qual, inclusive, essa professora, também, trabalha) dando sugestões de livros aos outros alunos, que resultou em empréstimo de livros para essa escola a fim de circular entre os alunos.

A professora também leva os alunos a feiras de livros e compartilha com eles a decisão sobre quais livros comprar. Ela considera que é um trabalho pequeno, mas que a intenção é plantar uma sementinha, pelo menos, pois talvez, um dia ela possa brotar e gerar alguma transformação naquela pessoa, em ambientes em que ela se reporta ao tema.

Enfim, o que se percebe no trabalho da professora é, além do envolvimento apaixonado com a literatura e com os alunos, poder receber deles uma resposta positiva quanto a esse trabalho, e, também, poder instigar os adultos a pensar sobre o que está oculto a muitos, e ao que também não se quer dar a devida importância. A levá-los a questionar mais, enxergar melhor o mundo que os cerca e as ações que nele ocorrem.

Para finalizar, tomo como exemplo de como se põe em prática a visão crítica em um episódio de satisfação que ela vivenciou, que foi, após tanto discutir em reuniões com os professores, após tanto falar sobre o tema étnico-racial nas mesmas, um belo dia, a diretora da escola foi até ela e fez uma crítica sobre uma propaganda que ela tinha visto e que tinha uma discriminação ao negro, e disse que ela só percebeu aquilo de tanto a ouvi-la tratar e a chamar atenção sobre o tema.

### **3.4 Colega Angolano**

Em outra etapa da pesquisa foram feitas observações em uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro na semana de comemoração da Consciência Negra. Várias atividades foram assistidas e registradas a fim de relatar como a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira estão sendo tratadas e vistas a partir das mesmas.

A ideia de trabalharem o tema “África”, com mais profundidade, surgiu através de uma “conversa” que uma professora teve com uma turma de estudantes do segundo segmento do ensino fundamental. Ela trabalha na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e está desenvolvendo um trabalho nessa escola. Ao se admirar em reconhecer um estudante não brasileiro na sala de aula e exclamar: “Ih... é a 5ª vez que venho aqui e não tinha reparado que nós temos um colega estrangeiro!”, os estudantes começaram a rir dizendo que ele não era estrangeiro, pelo fato de ser negro. Então, a professora questionou se negro também não podia ser estrangeiro, se estrangeiro era somente quem era branco, loiro, dos olhos azuis. Com isso, surgiram questões que eles foram debatendo, desconstruindo e reconstruindo acerca do negro. Questões estas que vêm permeadas e impregnadas pelo senso comum, pela mídia, pelo próprio ensino escolar que perpetua vários conceitos, posturas negativas, que são aceitas e propagadas.

O aluno é da Angola e foi a partir desse debate que surgiu a ideia de trazer um pouco da África para a sala de aula com o intuito de trazer o novo, o desconhecido e tentar quebrar preconceitos. Essa ideia depois ganhou uma dimensão maior, despertando o interesse de outros professores, acarretando um trabalho que, ao mesmo tempo em que não era obrigatório (os professores, se quisessem, levariam seus alunos para assistirem às atividades propostas) despertou a curiosidade de alguns professores que viram, ao menos, uma das atividades e ficaram animados e satisfeitos com as apresentações.

Uma das atividades foi uma palestra com o ex-jogador de futebol de areia da seleção brasileira, Júnior Negão, em que ele contou um pouco de sua trajetória no futebol e da importância de se comemorar o Dia da Consciência Negra. Houve um debate em que os alunos levantaram questões como “preconceito”, “racismo”, indagando se o ex-jogador já os sofrera em suas viagens pelo mundo, dentre outras.

Um outro momento das atividades foi o de danças que retratam tanto o resgate da cultura africana como a sua influência sobre determinados ritmos e danças brasileiros. Esse momento foi conduzido por um aluno do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que foi convidado a contribuir com seus conhecimentos na área como contação de história, além dele trabalhar com dança, no programa “Mais Educação”, em outra escola.

Algumas professoras assistiram a esse momento de dança, música e alegria das crianças e também sentiram vontade de participar, de aprender, porém há muitos motivos ou empecilhos que dificultam o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Como ressalta

Trindade (2009)

Creio que a discussão e a ação docente no que se refere à história e cultura afro-brasileira (no singular e no plural) no cotidiano escolar, responde a uma demanda reprimida na/da sociedade brasileira, frente às questões negras ou afro-brasileiras ou africanas ou afrodescendentes. Percebo uma tensão entre o reconhecimento, a necessidade, a priorização e a ação. Entre a intenção e o gesto, existe um longo caminho cheio de obstáculos, dos quais destaco: a) a incompreensão da danosa dimensão do racismo como afetando a todas as pessoas; b) a inabilidade de ver, reconhecer o racismo e saber enfrentá-lo à queima-roupa; c) o silêncio, o sorriso e a convivência ainda são ações pedagógicas a serviço, cúmplices do racismo; d) a indisposição afetiva, política e pedagógica para enfrentar a ignorância acerca da temática; e) o desconhecimento da realidade social e histórica da população negra em termos macrossociais. [...] f) a dependência da ação pessoal de educadores, quer nos níveis central, intermediário ou nas escolas, para implementar a lei ou abordar a temática das relações étnico-raciais, do racismo, ou das africanidades brasileiras, no cotidiano das escolas. (p. 20)

Em outro momento, houve uma apresentação de um grupo de estudantes provenientes de outra escola que, com instrumentos e voz, apresentaram o samba de escola de samba. Foi muito interessante, pois são crianças e adolescentes com muito talento que, nas palavras da diretora: “estão construindo outros valores positivos, ao invés de estarem na rua se envolvendo com coisa errada”.

Na parte da tarde, foram exibidos pequenos vídeos para a turma do 8º ano, os quais continham pinturas retratando a África; sobre o multiculturalismo; a herança cultural africana, a capoeira, o samba, o candomblé, a culinária, a tradição africana no Brasil. Quanto às pinturas que retratam mulheres negras, vários estudantes disseram que nunca tinham visto aqueles “bonequinhos” (típicas representações do povo africano).

Ao final da exibição dos vídeos, foi aberto um debate sobre as questões raciais, a cultura negra e etc., e um dos estudantes disse: “Ainda bem que eu não sou preto!” e a professora o indagou sobre o que estava falando, pois visivelmente, o garoto é negro. Daí, o colega ao lado, que também é negro, disse que se ele fosse “preto” e entrasse em um lugar, iam achar que ele estava roubando.

Nota-se que na fala desse estudante há uma forte negação de sua cor, de sua raça. Bhabha (1998) debruçando sobre o ensaio de Fanon (“The Fact of Blackness” – “O fato da Negrura”) ressalta a seguinte cena

[...] a performance fenomenológica de Fanon do que significa ser *não apenas um negro*, mas um membro dos marginalizados, dos deslocados, dos diaspóricos. Estar entre aqueles cuja própria presença é “vigiada” [*overlooked*] – no sentido de controle social – e “ignorada” [*overlooked*] – no sentido da recusa psíquica – e ao mesmo tempo, sobredeterminada – projetada psicologicamente, tornada estereotípica e sintomática. (p.326)

Mas essa autonegação tem explicação e esse garoto não é culpado por se sentir assim. Essa “autorrejeição” é algo criado nele pela sociedade cruel que fomos e continuamos a ser. Como destaca Munanga (2009)

O negro foi reduzido, humilhado e desumanizado desde o início, em todos os cantos houve confronto de culturas, numa relação de forças (escravidão x colonização), no continente africano e nas Américas, nos campos e nas cidades, nas plantações e nas metrópoles. Essa redução visava a sua alienação, a fim de dominá-lo e explorá-lo com maior eficácia. No entanto, nem todas as populações negras foram totalmente alienadas. (p. 43)

A inversão dessa posição se dá quando, como acrescenta Munanga

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psicologicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiúra como qualquer ser humano “normal”. (idem, p. 43)

Houve também exposição de trabalhos em que os alunos fizeram pesquisas sobre alguns países do continente da África e registraram em cartazes. Também fizeram diversos cortes de cabelo, a fim de valorizar o mesmo, reportando, principalmente à origem africana e registraram os resultados colocando-os na exposição de trabalhos.

Gomes (2003) faz referência ao corpo como forma de expressão da identidade negra

O cabelo crespo é um dos argumentos usados para retirar o negro do lugar da beleza. O fato de a sociedade brasileira insistir tanto em negar aos negros o direito de serem vistos como belos expressa, na realidade, o quanto esse grupo e sua expressão estética possuem um lugar de destaque na nossa constituição histórica e cultural. O negro é o ponto de referência para a construção da alteridade em nossa sociedade. Ele é o ponto de referência para a construção da identidade do branco. (p. 80)

A autora acrescenta qual o caminho correto a ser percorrido pela educação quanto a esse tema, pois se trata também, de um conhecimento transmitido oralmente

A educação pode desenvolver uma pedagogia que destaque a riqueza da cultura negra inscrita no corpo, nas técnicas corporais, nos estilos de penteados e nas vestimentas, as quais também são transmitidas oralmente. São aprendizados da infância e da adolescência. O corpo negro pode ser tomado como símbolo de beleza, e não de inferioridade. Ele pode ser visto como o corpo guerreiro, belo, atuante presente na história do negro da diáspora, e não como o corpo do escravo, servil, doente e acorrentado como lamentavelmente nos é apresentado em muitos manuais didáticos do ensino fundamental. (idem, p. 81)

Soubemos, através da professora citada inicialmente, que as alunas que fizeram a atividade sobre estilos de penteados, nas semanas posteriores às atividades, foram à escola com os cabelos naturalmente cacheados (diferentemente de antes, quando os alisavam). Então, nota-se que a importância de se tornar visível a cultura e história africana e afro-brasileira passa pelo reconhecimento, valorização e orgulho (não mais, vergonha, sentimento de inferioridade) de pertença à raça negra.

Diante dos resultados obtidos nesses dias de atividades, a então diretora já tem em seu discurso promover novos projetos na escola, bem como parceria com universidades, a fim de valorizar o aluno como sujeito que tem o direito a uma educação de qualidade que corrobore para uma formação de cidadão que conheça as diferenças, que se reconheça como diferente, que estabeleça uma relação de valorização e respeito à diferença, que seja crítico em relação às coisas que o cerca, a fim de que possa atuar na sociedade sem ferir os direitos dos outros.

### **3.5 Entrevistas a diretoras e coordenadoras**

Em outra escola foram realizadas entrevistas com 2 diretoras e 2 coordenadoras de escolas da rede municipal em relação à temática. Foram feitas perguntas a 2 diretoras e a 2 coordenadoras.

Segue o questionário com as respectivas respostas:

1. Você conhece a Lei 10.639/03, que fala do ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica?

Duas responderam “sim” e duas responderam que conhecem, mas não fizeram uma leitura detalhada.

2. Você conhece algum professor em sua escola que trabalha a História e Cultura africana e afro-brasileira com os alunos?

Duas responderam que não trabalham especificamente, mas trabalham o que está no livro didático. As outras duas responderam que ainda não perceberam este trabalho.

**3. Algum professor ainda não conhece essa lei?**

Duas responderam “não” e as outras responderam que há professores que não conhecem essa lei.

**4. Há algum tipo de resistência para se trabalhar com essa temática?**

Uma das entrevistadas respondeu “não”, outras duas disseram que não percebem e a última disse: “não, os alunos às vezes falam alguma coisa, xingam de negão, mas é o mesmo que quando brincam dizendo que o outro é uma barata, cabeça, essas coisas. É brincadeira”.

**5. A escola tem materiais disponíveis para abordar os temas que a lei propõe?**

Duas responderam “sim” e as outras, “acredito que sim”.

**6. Qual é a sua opinião em relação à Lei 10.639/03?**

Uma delas respondeu: “é um absurdo ter que existir uma lei para que se trabalhe essa temática, pois de alguma forma a maioria dos alunos, e, inclusive eu, somos descendentes de africanos, então, se temos que lidar com isso no dia-a-dia, é muito importante trabalhar as origens. Não teria que haver lei específica se seguissemos a lei maior, pois já estaríamos abarcando essas questões que são de igualdade de direitos, respeito ao outro... não gosto quando criam infinitas leis para dar conta de algo que já está na Lei Maior.” A outra disse: “é muito importante, pois já que é Lei, a pessoa não deve ter resistência para tratar sobre, você tem o respaldo com a lei.

Mas, acho que hoje isso já é mais falado.” As outras duas disseram que, infelizmente, ainda é necessário criar leis para que se faça respeitar qualquer tipo de direito.

**7. Em sua opinião, por que não se implementa a lei? Você acha que a implementação da mesma sofre problemas? Se sim, quais?**

Três disseram que não sabiam responder e uma disse: “Porque tem resistência. Primeiramente, tem que ter conscientização, pois se não tiver conscientização, não adianta. Eu acho que o que acontece hoje em dia é o preconceito de classe e não mais de cor. Você pode ser negro, ser

branco, ser do jeito que for, mas o que importa é se você tem dinheiro, se a roupa que está usando é de marca; se for, você é incluído, não importa a cor.” (essa coordenadora é negra)

Quanto a essa ideia, Quijano (2010) defende o contrário, quando trata do capitalismo e das relações de poder

[...] a relação capital-salário não era o único eixo de poder, nem sequer na economia; 5) que havia outros eixos do poder que existiam e atuavam em meios que não eram somente econômicos, como a “raça”, o gênero e a idade; 6) que, conseqüentemente, a distribuição de poder entre a população de uma sociedade não provinha exclusivamente das relações em torno do controle do trabalho, nem se reduzia a elas. (p. 104)

É muito comum o pensamento de que o racismo, o preconceito que se tem no Brasil não é de “marca” e sim de classe, econômico.

A última pergunta:

**8.** Você considera que há alguma relação entre os exames externos (as provas do governo) com a não-aplicação da lei?

Uma delas respondeu: “Não. Já passamos dessa fase de formar aluno para vestibular.” Outra respondeu: “Não, porque hoje em dia, o próprio livro didático trata de coisas que falam sobre essa temática.” E as outras duas responderam “não”.

## CONCLUSÕES

A escola tem um papel social muito importante no que tange a desconstruir estereótipos e conceitos que desfavorecem o povo negro. Segundo Müller (2009),

Racismo e preconceito racial são modos negativos de ver pessoas ou grupos raciais que possuem características físicas diferentes daquelas dos que se consideram maioria ou que se consideram “melhores”, “superiores”. Aí entram como características que marcam: a ‘cor’ da pele, o tipo de cabelo, o tipo de nariz, o tipo de lábios, etc. (p. 42-43)

Porém, para que haja mudanças efetivas, se julga necessário, primeiramente, que haja mudança nos modos de pensar, nos discursos, nos modos de agir das pessoas, requerendo uma conscientização, uma sensibilização à causa, à história, à luta do negro. E se essa sensibilização está, de certa forma, distante dos professores já atuantes há muito tempo, então, a mesma deve ocorrer nos cursos de formação de professores, a fim de garantir o que diz a resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 em seu artigo 1º § 1º

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (BRASIL, 2004, p. 31)

Infelizmente, nos cursos superiores de formação de professores, esse estudo específico não tem caráter obrigatório, sendo, portanto, disciplina eletiva ou específica em alguns cursos. É evidente que mudanças ocorreram, que hoje existem cursos voltados para essa temática, porém, ainda é específico, ainda não abrangeu a maioria dos professores. Oliveira e Candau (2010) ressaltam que

[...] a ampliação, principalmente após a publicação da Lei 10.639/03, de cursos de especialização sobre História da África, relações étnico-raciais e educação em diversas universidades, assim como grupos de pesquisa e disciplinas vinculadas a diferentes programas de doutorado e mestrado que abordam questões vinculadas e essa temática. (p. 17)

Encontrar escolas promovendo atividades pontuais sobre a temática racial brasileira, principalmente, na Semana da Consciência Negra não é incomum. Essa situação revela o quanto os professores, a escola e a sociedade brasileira têm dificuldades em tratar do tema. O ideal

seria que as escolas trabalhassem com projetos que abordassem a cultura africana e afro-brasileira durante todo o ano letivo.

Pensar em uma educação que contemple a diversidade como cenário visível, comum e valorizado por todos é um “ideal” que não podemos perder de vista.

Para concluir Freire (1994) diz

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical. (p. 154).

Paulo Freire não trabalhava com a educação étnico-racial, especificamente, mas suas concepções nos permitem refletir sobre tal temática, pois, partindo do pressuposto de que a luta do povo negro se insere em uma perspectiva proveniente das “minorias” (mesmo sendo maioria), por serem um povo sem reconhecimento e valorização, que muito foi oprimido e ainda o é, ele nos traz uma visão ampla da educação como via de transformação desse mundo desigual.

## REFERÊNCIAS

ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura Negra na sala de aula: pode um cantinho de Africanidade elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?** 2004.271 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.2004

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio: Graal, 1983.

BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). **Brasil: um país de negros?** 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas; CEAO, 1999.

BRANDÃO, André. Afirmação da Diversidade e criação de uma nova imaginação nacional. In: GONÇALVES, Maria Alice Resende. **Educação, Arte e Literatura Africana de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p.21-36

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. (Conclusão: Raça, tempo e a revisão da modernidade. p. 326-352).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2004.

CALLAHAN, R. E. **Education and the cult of efficiency**. Chicago: The University of Chicago Press. 1962.

CARVALHO, Carlos Roberto de; SILVA, Luciane Nunes da; PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Algumas reflexões sobre a implementação da lei 10.639/03 nos espaços-tempos escolares e sobre a construção de uma metodologia. In: GONÇALVES, Maria Alice Resende. **Educação, Arte e Literatura Africana de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p.87-106.

**CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.**

CUNHA Jr., Henrique. História e cultura africana e os elementos para uma organização curricular. In: BARROS, José Flávio Pessoa; OLIVEIRA, Luis Fernandes de (Orgs.). **Todas as cores na educação. Contribuições para uma reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico**. Rio de Janeiro: Quartet-FAPERJ, 2008. p. 81-128.

Dados de escolas retirados do site da prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/>>.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodscendente. Identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas. 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 3ª ed. 1994. Disponível em: <[http://www.4shared.com/office/QNwc9qWo/Freire\\_Pedagogia\\_da\\_Esperanca\\_.html](http://www.4shared.com/office/QNwc9qWo/Freire_Pedagogia_da_Esperanca_.html)>

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação n° 23. Maio/Jun/Jul/Ago. 2003. p. 75-85.

\_\_\_\_\_. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Walter Roberto. (Orgs.) **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores associados), 2006. p. 21-40.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo. Fund. de Apoio à USP. Ed. 34, 2002.

KEHL, Renato. **Brazil médico**. Rio de Janeiro.1921.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade Étnica em Re-construção**. Belo Horizonte: Editora O lutador. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília:

SECAD, 2006.262 pg.; il. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_eticoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf)>

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, Maria Lúcia R. Formação de professores e perspectivas para a implantação da Lei 10.639/03. In: SOUZA, Maria Elena V. (org.) **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: Rovelte, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECAD. 2ª edição. 2005.

\_\_\_\_\_. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963. (1ª ed, 1883)

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Iolanda de; SISS, Ahyas (orgs.). **População Negra e Educação Escolar**. Cadernos PENESB – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Nº 7. Rio de Janeiro/Niterói – Quartet /EdUFF, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. In: Educação em Revista. V. 26 n. 01. Belo Horizonte. 2010, p. 15-40.

PEREIRA, João Baptista Borges. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996, p. 75-78.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: MENEZES, Maria Paula. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Editora Autêntica. 2007.

SOUZA, Maria Elena Viana. Apresentação. In: SOUZA, Maria E. V. e OLIVEIRA, Iolanda de. (Orgs.). Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade

Brasileira. **Educação e População Negra: contribuições para a educação das relações étnico-raciais**. nº 9. Rio de Janeiro-Niterói. EdUFF/ Quartet. 2007

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TRINDADE, Azoilda Loreto da. O racismo no cotidiano escolar. In: BARROS, José Flávio Pessoa; OLIVEIRA, Luis Fernandes de (Orgs.). **Todas as cores na educação. Contribuições para uma reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico**. Rio de Janeiro: QuartetFAPERJ, 2008. p. 37-58.

\_\_\_\_\_. Tecendo africanidades com brasilidades: desafios do cotidiano escolar. In: SOUZA, Maria Elena V. (org.) **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: Rovelte, 2009.

Vídeo chimamandaadichie: O perigo de uma única história - Parte 1. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=O6mbjTEsD58>> e Parte 2. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=SZuJ5O0p1Nc>>